

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.676 - SE (2019/0272990-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : EDUARDO NASCIMENTO BRITO
RECORRENTE : MARIA JOSINEIDE LOPES DOS SANTOS
RECORRENTE : MARIA INEILDES SANTOS DA PAIXAO
ADVOGADO : MARCELO DOS REIS MARTELLI E OUTRO(S) - SE000807A
RECORRIDO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS - PE028240
KAMYLLA VIEIRA DINIZ - PE038876
JOCELIA PACHECO MOREIRA FARIAS - PE035601
ANNA KATARINA COLARES DAVID DE ALENCAR -
PE039060
FILIPE JOSÉ BACELAR DA COSTA E OUTRO(S) - PE042214

DESPACHO

O recurso especial não foi instruído com as guias de preparo e os respectivos comprovantes de pagamento em razão de a parte alegar ser beneficiária da assistência judiciária gratuita. No entanto, a simples alegação, sem comprovação ou pedido nos autos, não é suficiente afastar a deserção.

Da mesma forma, é insuficiente a alegação de que a gratuidade foi deferida expressa ou tacitamente nos autos principais e/ou apensados, devendo a parte trazer certidão comprobatória do tribunal de origem desse deferimento ou cópia integral dos respectivos autos, o que não ocorreu no caso concreto.

Assim, nos termos do § 4.º, art. 1.007, do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para comprovar a condição de beneficiário da gratuidade de justiça deferida pela origem, expressa ou tacitamente, ou realizar o recolhimento em dobro do preparo, no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente